



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

06 de Agosto 2015



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Diário Catarinense

Editoria: Sua Vida

Data: 06/08/2015

Assunto: Enem

Página: 26

DIÁRIO CATARINENSE

Baixa adesão, notas fracas

Embora Santa Catarina costume ficar entre os melhores colocados nos rankings educacionais, a divulgação das médias de 2014 do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) ontem revelou que o Estado ficou de fora das 150 melhores notas do país. O ranking considera as médias de quatro disciplinas avaliadas na prova mais a redação.

O catarinense mais próximo do topo da lista nacional, o Colégio Trilingue Inovação, de Chapecó, ficou em 161ª lugar geral. No exame anterior, o Ielusc, de Joinville, foi a escola mais bem classificada no Estado, com a 224ª posição nacional. Especialistas acreditam que a baixa adesão das principais universidades de SC à prova contribua para o desinteresse dos estudantes.

– Não faz sentido alguém que mora em Florianópolis e que quer estudar na cidade gastar energia se preparando para o Enem – diz Waltinho Maldonado, professor de português e redação do Curso Mais e do Sistema de Ensino Energia.

Na última análise do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que ranqueia as escolas fundamentais e médias, o Estado levou o segundo lugar no país – nos dois anos anteriores, havia ficado em primeiro.

UNIVERSIDADES NÃO ADERIRAM

Hoje, a maior instituição pública que utiliza o Enem em SC é a Universidade Federal Fronteira Sul (UFFS), em Chapecó, com 100% das vagas preenchidas via Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que utiliza as notas da prova – não surpreende que a melhor colocada no ranking catarinense seja uma escola particular chapecoense.

– As principais universidades federais do sul do Brasil, como UFSC, UFRGS e UFPR, não usam o Enem. No Rio de Janeiro e Nordeste, por exemplo, todo o foco está no Enem. As escolas e os professores direcionam o processo de ensino e aprendizagem para o exame – diz o professor e coordenador do curso gratuito Pró Universidade, Otávio Auler.

O resultado do exame também voltou a registrar a distância entre o sistema privado e o público. Dos mil primeiros lugares no ranking nacional, 907 são particulares. Em SC, a melhor pública é o IFSC Joinville, que levou a 634ª colocação nacional. Quando se exclui as instituições federais (UFSC e UFPR) da lista, a melhor colocada passa a ser a estadual Feliciano Nunes Pires, de Florianópolis, que ficou com a 2.322ª posição.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Secretaria estadual diz que criou plano de incentivo

Na rede estadual, a oportunidade de ingressar no ensino superior através do Enem ganha a atenção dos alunos em Santa Catarina. A afirmação é da diretora de Educação Básica e Profissional da Secretaria de Educação, Marilene da Silva Pacheco.

Para atender essa demanda, a diretora explica que o Estado criou uma política de incentivo para alunos e professores. Para os alunos, foi implementada uma ferramenta que avalia o conhecimento através de simulado com a mesma metodologia do Enem, além de aulões de preparação para a prova e curso de pré-vestibular. Já para os professores ocorre formação continuada voltada especificamente para as provas.

TESTE NÃO É OBRIGATÓRIO

Marilene salienta que é difícil avaliar o real desempenho das escolas públicas no Enem, já que o teste não é obrigatório tanto para escolas como para alunos.

A professora Alvete Bedin Pazin, representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), no Conselho Estadual de Educação, destaca que a escola pública cumpre o papel na produção de conhecimento, mas a desvalorização da carreira e a falta de estrutura impedem um desempenho melhor.

Alvete ressalta que as escolas públicas não conseguem competir com as particulares.

- A falta de investimento por parte dos gestores públicos limita o ensino pedagógico na escola pública. Enquanto que a escola particular tem professores mais qualificados e materiais didáticos diferenciados. Além do conteúdo ser praticamente todo focado para o vestibular ou Enem - afirma a Alvete.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ENTREVISTA

GISLAINE MOREIRA NUNES
Gestora da Trilíngue Inovação



Por que a escola é a campeã no Enem no Estado?

É um conjunto de fatores. Essa escola foi criada em 2008 por pais que queriam o melhor para seus filhos. Ela foi fundada com o lema: um jeito novo de ensinar. Nós buscamos não só a excelência acadêmica, mas na formação em todos os aspectos, como relacionamento e ética. Estimulamos o gosto pelo estudo. O primeiro lugar é consequência de um trabalho que inicia no berçário e vai até o terceiro ano. Nossos alunos passam em cinco, seis, sete vestibulares. Temos 100% de aprovação.

O que há de diferente aqui em relação a outras escolas?

Temos disciplina de formação

humana e cidadania. No contraturno, os professores dão monitoria para que os alunos possam melhorar seu desempenho. A partir do sexto ano desenvolvemos pesquisa científica, que é apresentada em inglês e espanhol. Nossas avaliações não contemplam apenas a nota, mas um desenvolvimento integral. Os professores têm mestrado e doutorado.

Aqui se exige mais do aluno?

Nossa média é oito, aplicamos provões para que eles aprendam a lidar com a pressão, fazemos oficinas de redação. Mas damos todo o suporte para isso. Nós "puxamos" o desempenho dos alunos, pois sabemos que eles podem mais.

O que você melhoraria?

Sempre temos algo a melhorar. Sempre fazemos avaliações para ver o que podemos aprimorar.

ENTREVISTA

LAURA ANTONIO VICENZI E ALISSON LUIZ TOMBINI
Estudantes do terceiro ano do Ensino Médio



Por que a escola é a campeã do Enem?

Alisson Luiz Tombini - Foi o resultado do trabalho duro dos professores com o esforço dos alunos.

Laura Antonio Vicenzi - Os professores incentivam e os alunos não se contentam em ter um desempenho que não seja o melhor.

Alisson - Tem um trabalho diferenciado dos alunos com os professores. E todos tem mestrado ou doutorado.

Laura - Temos aula pela manhã e à tarde. No terceiro ano tem apenas 20 alunos por turma, o que facilita dar uma atenção maior. E a média é oito e não sete como em outras escolas.

Aqui se exige mais do aluno?

Alisson - Os professores ficam disponíveis fora do horário de aula para tirar dúvidas, mas exigem mais.

Laura - Sim, temos provas a cada 15 dias. E o conteúdo é da

O que há de diferente aqui



A NOTÍCIA

Bom Jesus é top entre joinvilenses

Colégio teve o melhor desempenho geral no exame nacional no município

Os alunos do Colégio Bom Jesus – Ielusc tiveram o melhor desempenho geral entre as escolas de Joinville que participam do Exame Nacional do Ensino Médio em 2014.

A escola está na 363ª posição no levantamento nacional divulgado ontem pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão ligado ao Ministério da Educação. A lista mostra as notas de cada uma das 15.640 escolas avaliadas em todo o País.

Nelas, 1,2 milhão de estudantes fizeram o Enem. O exame avalia os estudantes e a escola em provas objetivas, de linguagens, de matemática, de ciências da natureza, de ciências humanas e redação – além de indicadores de permanência na escola e nível socioeconômico.

Conforme o diretor de ensino médio do Colégio Bom Jesus, Roberto Luiz Carneiro Júnior, a escola apostou em um aumento da carga horária das aulas de humanas e linguagens e na quantidade de produções de redações.

Aulas extras no contraturno e contextualização de assuntos da atualidade, ajudaram a melhorar as notas da redação, o que era um ponto de atenção da escola.

Entre as escolas públicas, o Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) aparece sozinho entre 13 escolas particulares. Como os critérios são avaliados separadamente, é possível criar uma série de rankings diferentes.

Os alunos do Colégio Estadual Osvaldo Aranha, por exemplo, que numa média geral aparece em 16º, obtiveram melhor pontuação em redação do que os estudantes de algumas escolas particulares de Joinville. Embora o Enem seja o principal indicador do ensino médio, especialistas advertem que é apenas um dos elementos de avaliação e que não pode ser critério único para definir a qualidade do ensino.

AN.com.br

- Confira o ranking completo das escolas no site.



Veículo: Notícias do Dia

Editoria: Ponto Final

Data: 12/07/2015

Assunto: Enem

Página: 25

Notícias do Dia

Enem divulga raio-x escolar

A presença de escolas públicas entre as melhores do país na prova do Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) avançou novamente no ano passado, mas ainda é minoritária. O desempenho no Enem 2014 foi divulgado ontem pelo Ministério da Educação. A escola de Santa Catarina com melhor média é de Chapecó, que ficou na posição 161 no ranking nacional.

Para calcular a média dos colégios, foram consideradas as quatro provas objetivas do Enem – linguagem, matemática, ciências humanas e da natureza. Os dados mostram que entre os 10% dos colégios mais bem colocados no exame do ano passado, 9,4% eram públicos. Em números absolutos, foram 147 instituições que ficaram entre as 1.564 na elite do país. No ano anterior, eram 7,3% públicas entre as melhores – o primeiro avanço em quatro anos.

Essa participação passou a cair em 2009, quando o Enem foi ampliado e passou a funcionar na

prática como vestibular para selecionar calouros das universidades federais. Apesar do novo avanço, a melhor escola pública aparece só na 22ª posição do ranking: o Instituto Federal do Espírito Santo, em Vitória. No último Enem, o melhor público – colégio de aplicação da UFV (Universidade Federal de Viçosa-MG) – aparecia na 12ª posição. Em 2014, era a 32ª.

O ranking nacional é liderado pelo Objetivo Integrado, colégio particular da capital paulista no topo da avaliação nacional pelo sexto ano seguido. Ao todo, 15.640 escolas compõem o ranking. Só foram divulgadas as notas de instituições com mais de dez alunos no 3º ano do ensino médio e onde mais da metade deles fez a prova.

Especialistas veem com cautela o desempenho no Enem. Dizem que avanços no ranking não significam melhora das redes de ensino, o que só é obtido com provas que apuram a qualidade da educação, como a Prova Brasil.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Governo inclui indicador

Neste ano, o governo passou a divulgar um "indicador de permanência" que mostra a porcentagem de participantes do Enem que cursaram todo o ensino médio na mesma escola. O presidente do Inep (órgão do MEC responsável pelo Enem), Chico Soares, diz que o objetivo é destacar "as escolas que realmente ajudam seus alunos a melhorarem, que oferecem educação de qualidade durante todo o ensino médio, e quais são aquelas que, simplesmente, selecionam alguns para cursarem apenas o terceiro ano". Diretores reclamavam que, nos últimos anos, algumas redes de escolas criaram unidades específicas para abrigar os melhores alunos e, assim, inflar seu desempenho no Enem.

Para o Inep, a divulgação de indicadores junto com as médias do exame ajuda a contextualizar o desempenho. "As escolas são heterogêneas e não podem ser colocadas numa métrica única. Existem muitos rankings. O que define o desempenho no Enem é um conjunto muito grande de fatores", diz Soares.

Pior avaliação é do Acre

A escola com pior desempenho no Enem do ano passado foi a Doutor Augusto Monteiro, colégio estadual que fica na zona rural de Rio Branco, no Acre. Com apenas 15 alunos no último ano do ensino médio – 12 fizeram a prova –, a escola tem poucos professores com formação específica na disciplina que lecionam, só 17% do total. Segundo o Inep, a formação do corpo docente "está diretamente relacionada ao desempenho escolar". Nos colégios entre os 10% mais bem colocados no exame, a média de formação adequada dos professores é de 69%.

Em São Paulo, a Escola Estadual Professor Sergio Murillo Raduan, em Jardim Varginha, extremo sul da capital paulista, foi a que apresentou o pior desempenho. A escola obteve 466,3 pontos no exame de 2014. Em 2013, a escola não teve os dados divulgados pelo Inep por não ter atingido os critérios para a divulgação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Enem		Página: Online

EM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - F. X. A. - WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Abismo entre escolas ricas e pobres recua no Enem 2014

A distância entre o desempenho das escolas ricas do país em relação aos colégios com público de baixa renda caiu no Enem do ano passado. Mas ainda há um abismo.

Os dados do exame foram divulgados pelo Ministério da Educação nesta quarta (5).

Para calcular a média dos colégios, a Folha considerou as quatro provas objetivas – linguagem, matemática, ciências humanas e da natureza.

Pelo segundo ano, o governo divulgou também um indicador socioeconômico de cada instituição. Distribuído em sete níveis, ele é apurado com base em questionário respondido pelos alunos e que considera itens como escolaridade dos pais, posse de bens e renda familiar.

Em 2014, a média das notas de escolas classificadas no nível socioeconômico "muito alto" ficou 133 pontos superior à das escolas no estrato "muito baixo". No Enem anterior, a diferença era maior – de 160 pontos.

Isso aconteceu porque a média das escolas no nível alto caiu (de 599 para 587) ao mesmo tempo em que a dos colégios do nível baixo melhorou (de 439 para 454).

Para o governo federal, o contexto social dos estudantes é o fator que mais influencia o desempenho escolar.

"Pela simples loteria da condição social da criança e do adolescente, ela pode perder um terço da nota", disse o ministro da Educação, Renato Janine Ribeiro.

Especialistas recomendam cautela na avaliação da posição das escolas no Enem. Dizem que avanços não significam melhora das redes de ensino, o que só é obtido com provas que apuram a qualidade da educação oferecida.

Os últimos dados do Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), por exemplo, apontam que o ensino médio não tem melhorado.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Para quem procura um colégio ou quer saber se a matrícula está valendo a pena, as informações da avaliação são preciosas –mas sem perder de vista que o Enem não oferece um diagnóstico completo. Assim como a direção, pais e alunos são tão importantes para entender uma escola quanto as tabelas do Enem.

A diretora executiva da ONG Todos Pela Educação, Priscila Cruz, defende a necessidade de uma boa gestão escolar para melhorar as chances de acesso à universidade dos estudantes com baixas condições sociais.

"Uma boa política educacional tem mecanismos para neutralizar os obstáculos. Ter os melhores professores, ter equipamentos na escola que compensem a falta de livros ou de acesso à leitura que os alunos tenham em casa."

RANKING

O ranking nacional é liderado pelo Objetivo Integrado, colégio particular da capital paulista no topo do exame pelo sexto ano consecutivo.

Em último ficou a escola estadual Doutor Augusto Monteiro, na zona rural de Rio Branco (AC). A chuva no segundo dia de prova, que afastou estudantes, foi apontada pelo governo do Acre como motivo do desempenho.

Ao todo, 15.640 escolas compõem o ranking, feito dentre um total de 26.255 em todo o país. Só foram divulgadas as notas de instituições com mais de dez alunos no 3º ano do ensino médio e onde mais da metade desses estudantes fez a prova.

O MEC destacou avanços na média dos alunos nas provas objetivas –houve queda apenas em matemática. Se em 2013 a pontuação média de alunos de escolas públicas e privadas nessa área foi de 544 pontos, no ano passado, o índice atingido foi de 511.

O maior salto, em contrapartida, foi verificado em ciências humanas: de 537 pontos para 565 –28 pontos de diferença.

RESULTADO DO ENEM - MÉDIAS DAS ESCOLAS

2014

- > Nível "muito alto": 587
- > Nível "muito baixo": 454
- > Diferença: 133 pontos

2013

- > Nível "muito alto": 599
- > Nível "muito baixo": 439
- > Diferença: 160 pontos



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Enem		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL • • • WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Com 2ª melhor nota no Enem, colégio do CE aposta em filosofia e psicologia

Classificado como a segunda melhor escola do país pelo Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o colégio Farias Brito, do Ceará, tinha ao menos 80% dos alunos vindos de outras três unidades da instituição para a que prestaria a prova neste ano:

Dos 44 que fizeram a prova, só 20% estudaram na mesma unidade desde o início do ensino médio.

O presidente do colégio, Tales de Sá Cavalcante, nega que a transferência tenha sido uma estratégia para melhorar no ranking do Enem. Ele afirma que a unidade, que realizou a prova do Enem, tem grupos de estudos específicos para grandes vestibulares, como o ITA, USP e Unicamp, o que acaba atraindo estudantes de outras unidades do grupo.

Para entrar no colégio, o aluno precisa passar por um exame. Essa avaliação, de acordo com o presidente, indica até a turma que o estudante vai frequentar. Isso, segundo ele, é para melhorar a integração. "Cada aluno é observado dentro do seu rendimento e tem acompanhamento individual", disse.

A mensalidade mais cara, referente ao 3º ano do ensino médio, é de R\$ 1.469.

Para ele, o desempenho do colégio pode ser atribuído a uma equipe de psicólogos e ao foco na filosofia.

Segundo Tales, desde o primeiro ano do ensino fundamental, os alunos estudam a disciplina. "Antes até mesmo de aprender a ler."

Sobre os psicólogos, Cavalcante diz que eles oferecem atendimento individual aos alunos. "O objetivo é evitar que conflitos prejudiquem o desempenho do aluno. Cada ser humano é dono de um universo próprio e a psicologia é um dos princípios da educação."

Com unidades na capital Fortaleza e em Sobral, no interior do Estado, o grupo tem 15,3 mil alunos desde o berçário até a faculdade.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Segundo o dirigente, o Farias Brito aprovou 28 alunos no último vestibular do ITA (Instituto Tecnológico da Aeronáutica), um dos mais concorridos do país.

"O menino do Nordeste tem muita vontade de vencer. Somado ao nosso projeto pedagógico, conseguimos esses resultados", disse Cavalcante, cujos pais fundaram a instituição há 80 anos.

Segundo Cavalcante, os professores são avaliados constantemente e recebem bônus por produtividade, com valor que corresponde a 10% do salário. Isso acontece quando o profissional cumpre toda a agenda escolar e não falta às aulas. A maioria dos docentes são do Ceará.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Enem - Gestão		Página: Online

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL - A. P. R. WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

Boa gestão pode reduzir abismo entre escolas ricas e pobres, diz especialista

Com a divulgação dos resultados das escolas no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), especialistas em educação debatem formas de reduzir a diferença entre o desempenho de alunos ricos e pobres, que pode chegar a 42%.

Em entrevista à Folha, concedida nesta quarta-feira (5), por telefone, a diretora executiva da ONG "Todos Pela Educação", Priscila Fonseca da Cruz, defendeu a necessidade de uma boa gestão escolar para melhorar as chances de acesso à universidade aos estudantes com baixas condições sociais.

Para ela, também é necessário estabelecer objetivos educacionais altos para estimular que alunos, professores e gestores escolares melhorem o desempenho do ensino médio.

*

Folha - O aumento no número de escolas públicas entre as mais bem avaliadas do Enem pode ser explicado por quais fatores?

Priscila Cruz - O Enem se transformou hoje num instrumento tão importante de ascensão social porque a partir dele os alunos das escolas de ensino médio público vão ter a oportunidade de entrar no ensino superior, coisa que, até pouquíssimo tempo atrás, era até inimaginável para um jovem de escola pública. Então, primeiro é preciso celebrar isso, mas depois a gente precisa mergulhar nesses números para entender porque isso está acontecendo.

Pelo Saeb [Sistema de Avaliação da Educação Básica], a gente tem verificado que não tem tido melhoria no ensino médio. Na média, os resultados não estão melhorando no Brasil, pelo contrário, a gente está tendo algumas quedas, como no caso da matemática. A minha hipótese é a de que esses bons alunos de escola pública, porque eles têm hoje a oportunidade de entrar no ensino superior, pelo ProUni ou Fies, estão conseguindo se destacar da média.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Há relação entre o aumento no número de escolas públicas bem avaliadas e uma eventual queda na qualidade do ensino privado?

Tem que olhar os números e ver se a média das escolas privadas caiu ou se a média das "top" privadas caiu. Isso pode ter acontecido e demanda um belo de um estudo. Eu acho mais provável que, hoje, porque os alunos da escola pública têm a porta aberta para entrar no ensino superior, isso possa fazer com que toda a escola pública possa melhorar.

Entre as escolas públicas bem avaliadas no Enem, muitas são escolas técnicas ou militares. Qual o diferencial dessas escolas?

Essas escolas têm como diferenciais, entre outras coisas, a seleção dos alunos. Eles já passam por uma seleção, quer seja por provas, como no caso das escolas militares, ou seja porque são alunos, uma clientela atendida especificamente por universidades. Então, muitas vezes são filhos de professores universitários, e já tem um fator socioeconômico bem mais alto.

Todas essas escolas tem um fator socioeconômico bem mais alto do que a média da população brasileira e do que a população que estuda em escola pública. Como a gente sabe que esse fator tem um impacto muito grande no aprendizado dos alunos, isso já explica em boa medida o desempenho deles.

Algumas das escolas mal avaliadas são vítimas de problemas como a violência urbana. Qual o impacto da criminalidade na educação?

Esse impacto é muito grande, por várias razões. Isso impacta o clima escolar, que está dentro do capítulo 'gestão da escola'. O que faz uma boa gestão de escola? Trabalhar o clima escolar, a motivação de professores e alunos, fazer com que a escola funcione sem interrupções porque essa violência também promove interrupções, também acaba tendo impacto na falta de professores.

Os professores se sentem menos motivados, ficam mais estressados, faltam mais. Você tem aí uma série de questões ligadas às crianças dentro das suas famílias. O estresse emocional que esse alunos tem na suas casas ou na sua convivência comunitária também tem impacto na aprendizagem. O fato de a criança não ter segurança em relação à sua vida e em relação às pessoas com quem ela convive em casa.

O que explica o fato de as piores escolas ricas terem desempenho no Enem semelhante ao das melhores escolas pobres?

O fator socioeconômico não pode ser olhado como algo determinante, do tipo: o pobre vai aprender menos, o rico vai aprender mais. Não é assim que funciona. O que acontece é o seguinte: o aluno pobre tem mais obstáculos a serem superados para ter o mesmo desempenho de um aluno que não tenha os mesmos problemas a enfrentar.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Acontece que uma boa política educacional tem mecanismos para neutralizar esses obstáculos dos mais pobres, por exemplo, uma excelente gestão. Você ter os melhores professores, ter equipamentos na escola que compensem a falta de livros ou de acesso à leitura que os alunos tenham em casa. O que acontece nesses casos é o seguinte tem escolas que atendem uma clientela mais pobre que tem uma excelente gestão.

Como é possível avaliar a questão das diferenças regionais. Nordeste e Norte estão avançando adequadamente, por exemplo?

Na média, Norte, Nordeste e Centro-Oeste têm resultados piores que Sul e Sudeste, mas por exemplo, no Ideb do ensino médio, Goiás é o melhor do Brasil. Então, Goiás conseguiu dar um salto. Também tem o caso interessante do Ceará. Ele está melhorando mais que a média do Nordeste. A capital Fortaleza é interessante porque tem uma tradição de mandar alunos para o ITA.

É interessante que algumas tradições regionais criam uma alta expectativa em relação à aprendizagem. Isso também pressiona as escolas por resultado, faz com que os alunos tenham alta expectativa também, o que faz uma diferença enorme. O Espírito Santo também é um Estado que está tendo uma continuidade de boas políticas educacionais e cresce mais que a média do Sudeste.

Por outro lado, você pega Porto Alegre, que é uma cidade rica, mas não está tendo resultados expressivos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Consed	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Debate		Página: Online



Encontro debate a Política Educacional Brasileira

Convidados para o evento tiveram a oportunidade de avaliar em que medida os planos nacional, estaduais e municipais podem responder aos anseios da sociedade e também apontar soluções, a partir de expe

O Instituto Unibanco, Insper e FGV reuniram no Seminário Política Educacional Brasileira, nesta segunda (03/08), em São Paulo, especialistas, acadêmicos, parlamentares e gestores públicos para debater como alcançar os resultados esperados na educação pública.

Estiveram presentes o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, Manuel Palácios; Antônio Neto, vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação – CONSED; Alessio Costa Lima, presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime. Completam a lista de autoridades para o debate Antônio Cesar Callegari, do Conselho Nacional de Educação - CNE, e a deputada federal Dorinha Seabra Rezende, vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação e Implementação do Plano Nacional de Educação.

As autoridades convidadas para o evento tiveram a oportunidade de avaliar em que medida os planos nacional, estaduais e municipais podem responder aos anseios da sociedade e também apontar soluções, a partir de experiências exitosas, para aos desafios e problemas existentes na educação brasileira.

O secretário de Educação do Rio de Janeiro, Antônio Neto, disse durante o evento que o CONSED estabeleceu uma agenda, de forma colaborativa com o Ministério da Educação, à luz do Plano Nacional de Educação para a prioridade da Base Nacional Comum, que irá apontar os direitos fundamentais da aprendizagem e que proporcionará os elementos para que se possa “garantir que alunos de estados distintos tenham o mesmo direito de aprendizagem de um determinado conteúdo”.

O vice-Presidente Nacional do CONSED acrescentou que a agenda prioritária definida pelo Conselho engloba ainda a reformulação do Ensino Médio, a questão das carreiras e valorização dos professores e também as discussões sobre o modelo de financiamento da educação, que foque na melhor utilização dos recursos financeiros por meio de uma gestão mais eficaz.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Neto também destacou a prioridade sobre a gestão escolar, que precisa ser desenvolvida a partir da busca pelo “formato de escola que queremos e devemos ter para garantir que este currículo seja bem executado pelos professores”. O secretário aponta que “é preciso perseguir um modelo de gestão escolar, que compreenda e dê suporte para a gestão de cada escola”.

Ele contextualizou todos os processos de diagnósticos da gestão escolar realizado no estado do Rio de Janeiro, que “tinha um cenário temerário com altos índices de reprovação e repetência”. E que com o empenho coletivo realizou-se “um diagnóstico da rede, especialmente, em pontos estruturantes das unidades escolares”, como por exemplo a orientação pedagógica e a aplicação do currículo. “Adotamos uma avaliação bimestral de resultados, que identificasse as lacunas de formação inicial dos professores da rede e a partir das limitações ocorresse a aplicação de formação continuada destes profissionais”.

O secretário foi enfático no que tange ao foco da gestão que deve ser “nos resultados de aprendizagem dos alunos com um esforço total de gestão para essa política”. Para Neto o modelo atual de educação básica no Brasil já se aproxima de um nível de esgotamento e será “preciso dar um salto na gestão de qualidade da educação básica, partindo para um novo modelo para que os gestores escolares possam ter subsídios para aplicar o novo desenho”, apontou.

Segundo Manuel Palácios, secretário de Educação Básica do Ministro da Educação, é preciso definir a Base Nacional Comum, que é um pressuposto para diversas questões fundamentais da educação brasileira. “O Sistema Nacional de Educação terá um melhor contorno a partir da definição da Base Nacional Comum”.

Palácios também abordou a necessidade da formação de professores. “Temos uma realidade extremamente heterogênea e será necessário um esforço da União, dos estados e municípios - de forma colaborativa – para a construção de mecanismos de seleção e formação continuada desses profissionais.

Já o presidente da Undime e Dirigente Municipal de Educação de Tabuleiro do Norte/CE, Alessio Costa Lima, apontou que é preciso regulamentar o regime de colaboração, especialmente, na definição das responsabilidades e também do aporte de cada ente federado. “É preciso repactuar de forma mais equitativa, pois a união é que mais arrecada, contudo é a que menos aporta na educação”. Para ele é fundamental ir além da Base Nacional Comum, aprofundando o Sistema Nacional de Educação e “definindo a regulamentação e implementação do CAQi”.

Prestigiaram o evento os secretários estaduais de educação Fred Amancio, da Secretaria de Educação de Pernambuco; Fred Amancio; Haroldo Rocha, da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo; Raquel Teixeira, da Secretaria de Estado da Educação de Goiás e representantes de secretarias estaduais e municipais de educação.

Durante o Seminário Política Educacional Brasileira



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

A abertura do evento no período da manhã, contou com a apresentação “O desempenho educacional brasileiro”, traçou um mapa detalhado da atual situação educacional brasileira e a evolução dos índices nas últimas décadas. O professor titular da Cátedra Instituto Ayrton Senna no Insper, Ricardo Paes de Barros, afirmou conforme os estudos apresentados que o Brasil apresenta nível educacional similar ao de países que têm a metade da nossa renda per capita e, em um comparativo, “o nível atual corresponde ao que tinha o Chile há 25 anos atrás”. Segundo Barros o atraso brasileiro, apesar dos avanços, é particularmente mais acentuado na educação superior.

Para o coordenador do Centro de Políticas Públicas do Insper, Naercio Menezes Filho, a partir da análise de dados da média OCDE e dos dados de desempenho no PISA, ocorreu no geral uma melhoria do desempenho do Brasil, especificamente no que tange ao acesso, contudo, “de 15 a 17 anos os avanços poderiam ter sido melhores”, apontando um problema identificado com a questão da frequência escolar.

Segundo o estudo apresentado, ao contrário da cobertura na pré-escola, a frequência de jovens de 15 a 17 anos permanece praticamente estagnada. “O PNE define que de 15 a 17 cheguemos a 100%, entretanto mantendo-se a tendência atual a universalização não será alcançada nem daqui a 50 anos”, disse.

O superintendente executivo do Instituto Unibanco, Ricardo Henriques, afirmou que é importante estabelecer “um efeito farol” em relação as avaliações como no caso IDEB, no sentido de apontar as reais necessidades de melhoria do acesso e da proficiência. “A experiência dos estados brasileiros demonstra que, mesmo no ensino médio, é possível melhorar simultaneamente o aprendizado e o fluxo escolar”, citando os casos bem-sucedidos de Goiás, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Planos e compromissos

O período da tarde contou com a participação de Antônio Cesar Callegari, do Conselho Nacional de Educação - CNE e da deputada federal Dorinha Seabra Rezende, vice-presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação e Implementação do Plano Nacional de Educação.

Ambos buscaram evidenciar os avanços que o país vem realizando em planejar seu futuro educacional estabelecendo metas e compromissos com magnitude e data marcada para serem cumpridos. Cesar Callegari afirmou que, hoje, o país tem o melhor Plano Nacional de Educação da história brasileira. “O plano não é perfeito, mas é um conjunto de discussões que foram amadurecidas ao longo dos últimos 20 anos. Ele é fruto das discussões e debates de diversas conferências municipais e estaduais”, disse.

A deputada federal Dorinha Seabra, vice-Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Implantação e Implementação do Plano Nacional de Educação, destacou o contexto de construção e debate do Plano Nacional de Educação, que recebeu mais de 3 mil emendas. “Número maior até que a própria constituinte”, em trabalho histórico da



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

“comissão especial que ouviu a sociedade civil numa série de debates e audiências públicas”.

Para Dorinha o maior desafio do plano é a articulação do atual sistema nacional de educação, pois, “existe uma autonomia entre os entes federados que gera uma diversidade de possibilidade. Algo que, segundo ela, culmina numa série de implicações para uma articulação equilibrada. “Não existe apenas um desafio nacional, mas diversos desafios nas inúmeras situações regionais e estaduais”, reforçou.

Defendeu ainda um pacto suprapartidário e também que a sociedade deva se mobilizar para realizar o monitoramento do PNE. “Já existem diversas instâncias de monitoramento, contudo é preciso que a sociedade participe de forma mais efetiva do acompanhamento”, pontuou.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Fies		Página: Online



Medida Provisória libera R\$ 5,18 bilhões para o Fies

O governo federal enviou ao Congresso Nacional a Medida Provisória 686/15, que abre um crédito extraordinário de R\$ 5,18 bilhões para atender a despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies).

A maior parte dos recursos (R\$ 4,2 bilhões) vai diretamente para os contratos já existentes e para abertura de 61,5 mil novas vagas para o segundo semestre, que tiveram as inscrições abertas na segunda-feira (3).

Outros R\$ 578,27 milhões serão usados para administração do fundo e R\$ 400 milhões para o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (Fgeduc), que dispensa a exigência de fiador para estudantes de menor renda. No início do ano, foram firmados 252 mil novos financiamentos, com custo de R\$ 2,5 bilhões.

De acordo com o governo, a medida garantirá a continuidade do financiamento a estudantes do ensino superior privado. "A ausência ou redução desses instrumentos comprometeria a credibilidade da política de ampliação do acesso de jovens ao ensino superior, em face do não oferecimento de novas vagas ou da evasão desses estudantes das universidades", disse o documento assinado pelo ministro do Planejamento, Nelson Barbosa.

O texto também concede R\$ 35,82 milhões para o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep) para garantir a realização do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) por 500 mil estudantes de ensino superior.

Para viabilizar os recursos, a medida cancela R\$ 461,85 milhões previstos para implantar e adequar quadras poliesportivas para escolas e R\$ 116,43 milhões para compra de livros e materiais didáticos.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Custo Aluno Qualidade Inicial		Página: Online



Comissão debate metodologia do Custo Aluno Qualidade Inicial

A Comissão de Educação da Câmara dos Deputados debate nesta quinta-feira (6), às 9h30, os encaminhamentos para a construção da metodologia do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi), um parâmetro necessário para o cumprimento de metas do Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024. O debate ocorre no Plenário 10.

O objetivo do CAQi é definir quanto é necessário investir inicialmente, por aluno, para que se atinja as metas previstas no PNE. Esse parâmetro será reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade (CAQ).

Foram convidados o secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do Ministério da Educação (MEC), Binho Marques; o presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) do Senado, senador Romário (PSB-RJ); presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (Inep), José Francisco Soares; e o coordenador do Fórum Nacional de Educação (FNE), Heleno Manoel Gomes de Araújo Filho.

Os autores do requerimento para a realização da audiência, deputados Moses Rodrigues (PPS-CE) e Leo de Brito (PT-AC), argumentam que o Plano Nacional de Educação prevê a adoção do CAQi num prazo de dois anos após a sanção do texto, que ocorreu em junho de 2014. Eles lembram que caberá à União complementar recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ.

Entre as metas do PNE, estão a universalização da educação infantil na pré-escola até 2016; a universalização do ensino fundamental de 9 anos para toda a população de 6 a 14 anos; e a garantia de que pelo menos 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do Plano.

Também se pretende universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PNE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.

"Para estas e as demais metas serem atingidas, é de fundamental importância o cumprimento da meta 20, que prevê a ampliação do investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% do Produto Interno Bruto (PIB) do País no 5º ano de vigência do PNE e, no mínimo, o equivalente a 10% do PIB ao final do decênio", defendem os deputados. "E entre as estratégias para subsidiar o cumprimento da meta 20, está a definição do CAQi", finalizam.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Negociações		Página: Online



SANTA CATARINA



Professores de SC decidem manter suspensão da greve até outubro

*Servidores estaduais fizeram assembleia na tarde desta quarta-feira (5).
Na terça (4), governo entregou novo plano de carreira do magistério.*

Em assembleia na tarde desta quarta-feira (5), os professores estaduais de Santa Catarina decidiram suspender a greve da categoria novamente, desta vez até outubro. Enquanto isso, o sindicato segue negociando com o governo do estado. Na terça (4), a coordenação de negociações do executivo apresentou o novo plano do magistério aos servidores.

A greve da categoria já havia sido suspensa em 3 de junho por 60 dias, prazo que já terminou. O período seria usado para negociações com o governo. Antes dessa decisão de junho pela suspensão da greve, os professores estavam parados desde 24 de março.

Entenda a greve em Santa Catarina

Na tarde desta quarta, a assembleia, que estava marcada desde 3 de junho, começou às 15h e terminou às 17h e foi feita em Ituporanga, no Vale do Itajaí.

A ideia dos professores é continuar negociando com o governo, principalmente nas questões de prazo para a nova tabela e reajuste de 2015, informou o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação na Rede Pública de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinte-SC), Luis Carlos Vieira.

Durante a assembleia, não foi colocado em votação o novo plano do magistério apresentado pelo governo. Porém, o presidente afirmou que, quando comentado durante a reunião, os trabalhadores se referiram ao plano de forma negativa.

Entrega do novo plano

O novo plano de carreira do magistério é o resultado das mesas de negociação realizadas nos últimos meses e reúne as sugestões tanto do governo como do Sinte, de acordo com a Secretaria de Estado da Educação.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

O próximo passo por parte do governo é a proposta financeira, que está em fase de finalização na Secretaria da Administração. A proposta apresentada conta com seis níveis e nove referências. O novo plano pode ser lido no site da Secretaria.

Conforme a Secretaria, a diferença entre os níveis médio e de graduação, que atualmente é de 0%, passa a ser de 50% e entre os níveis médio e mestrado, que é de 27,3%, passa a ser de 85%. A progressão horizontal segue o cronograma atual, com avanço a cada 3 anos, sendo o próximo ano de progressão 2017.

Os critérios são: ter concluído o estágio probatório, apresentar certificados que totalizem 120 horas de curso de aperfeiçoamento e não possuir mais do que cinco faltas injustificadas no período. A progressão vertical será a qualquer tempo, mediante apresentação de nova habilitação, após a conclusão do estágio probatório.

Haverá novas reuniões em 13 e 25 de agosto, segundo o Sinte, para a continuidade das discussões dos demais pontos de pauta do magistério. Conforme o sindicato, estes constam no termo de acordo assinado após a suspensão da greve, mas ainda não foram contemplados na proposta apresentada.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1 Santa Catarina	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Enem		Página: Online



SANTA CATARINA



Primeira colocada no Enem 2014 em SC é 161ª no ranking nacional

Colégio Trilingue Inovação, de Chapecó, teve melhor média do estado. Das 10 melhores instituições catarinenses, todas são privadas.

O Colégio Trilingue Inovação, em Chapecó, no Oeste catarinense, recebeu a melhor média de Santa Catarina em provas objetivas no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) 2014. Entretanto, o primeiro lugar do estado equivale a 161ª posição no ranking de melhores escolas do país.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) divulgou na manhã desta quarta-feira (5) as notas por escola da edição do ano passado. Foram avaliadas 15640 instituições no Brasil. **VEJA A LISTA COMPLETA**

Das 10 melhores colocadas em Santa Catarina, todas são privadas (veja ranking abaixo).

A instituição Inovação é privada e teve uma média de 649,01 pontos nas provas objetivas. A melhor média computada no Brasil em provas objetivas teve quase 100 pontos a mais, pelo Objetivo Colégio Integrado de São Paulo, com 742,96.

A escola de Chapecó também teve as melhores médias do estado nas provas de matemática, com 708,82, ciências da natureza, 625,27 e linguagens, 615,82.

Para a gestora do Colégio Trilingue Inovação, Gislaine Moreira Nunes, o resultado chegou pois os professores ensinam a ter 'amor' pelos estudos. "O colégio foi fundado há 7 anos por iniciativa de pais que se uniram. Há quatro anos temos a melhor colocação no Enem da cidade. Isso é fruto de um trabalho incansável que forma pessoas que amam estudar", conta. A instituição conta com 450 alunos, de maternal a terceiro ano.

Em humanas, a Escola Autonomia de Florianópolis teve o melhor desempenho, com 663,73 pontos. Na redação, o Colégio Sagrada Família, de Itapiranga, Oeste catarinense, teve a nota mais alta entre as escolas avaliadas no estado, com 718,95. São quase 200 pontos abaixo da melhor do país, Colégio São Bento, do Rio de Janeiro,



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

com 886,56 na prova escrita. O Sagrada Família está no ranking geral com 963ª posição.

O pior desempenho geral em provas objetivas do estado foi de 441,39, da Escola Estadual Belermineo Victor Dalla Vecchia, em Ponte Serrada, no Oeste. A melhor pontuação em escolas públicas foi de 617,42, IFSC Campus Joinville, que teve a posição 634ª posição.

Veja as 10 escolas catarinenses com o melhor ranking no estado:

- 1) Colégio Trilingue Inovação - Chapecó - privada - 649,01
- 2) Escola Autonomia - Florianópolis - privada - 647,12
- 3) Colégio Sinodal Doutor - Blumenau - privada - 638,66
- 4) Colégio Consul Carlos Renaux - Brusque - privada - 636,23
- 5) Colégio Bom Jesus Santo Antonio - Blumenau - privada - 633,83
- 6) Associação Educacional Luterana Bom Jesus-Ielusc - Joinville - privada - 631,06
- 7) Colégio Bom Jesus Aurora - Caçador - privada - 628,46
- 8) Colégio Energia - Florianópolis - privada - 626,82
- 9) Colégio Bom Jesus Diocesano - Lages - privada - 623,64
- 10) Colégio Bom Jesus Divina Providencia - Jaraguá do Sul - privada - 621,92



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Todos pela Educação	Editoria: Educação	Data: 06/08/2015
Assunto: Educação básica		Página: Online



CÂMARA APROVA DANÇA E TEATRO COMO DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA

O texto altera a LDB, que atualmente prevê a obrigatoriedade somente do ensino da música entre os conteúdos relacionados à área artística

Fonte: Agência Câmara

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, em caráter conclusivo, proposta que estabelece como disciplinas obrigatórias da educação básica as artes visuais, a dança, a música e o teatro. O texto altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – 9.394/96), que atualmente prevê a obrigatoriedade somente do ensino da música entre os conteúdos relacionados à área artística.

O parecer do relator, deputado Alessandro Molon (PT-RJ), foi favorável ao substitutivo da Comissão de Educação ao Projeto de Lei 7032/10, do Senado. O projeto original determinava a inclusão da música, das artes plásticas e das artes cênicas no currículo das escolas do ensino fundamental.

A redação foi alterada para adequar o projeto às diretrizes da Resolução 7/10 da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação (CNE), que especifica os componentes curriculares de acordo com as áreas de conhecimento.

Como sofreu modificações na Câmara, a proposta volta ao Senado.

“O incentivo ao ensino dessas linguagens artísticas propicia, simultaneamente, o desenvolvimento pessoal do indivíduo e a preservação da cultura nacional”, afirmou Molon.